

## Investigador defende envolvimento das comunidades costeiras na produção de conhecimento científico sobre oceanos

[Início](#) | Ambiente



10/10/25 - 02:56 pm

**São Filipe, 10 Out (Inforpress)** – O investigador cabo-verdiano da Universidade de Cape Coast, no Gana, Paulino Dias, defendeu a importância de integrar as comunidades costeiras nos processos de investigação científica, valorizando-as como fontes, mediadoras, intérpretes e beneficiárias do conhecimento sobre os oceanos.

A proposta foi apresentada durante a sua intervenção no painel “Acesso ao conhecimento e dados oceânicos – Desafios da ciência aberta”, realizado no âmbito da IV Conferência da Década do Oceano, promovida pela Presidência da República, nos dias 10 e 11 de Outubro, na ilha do Fogo.

Segundo o investigador, as comunidades devem ser integradas de forma plena e equitativa no processo científico, não numa abordagem paternalista, mas num modelo de colaboração honesta, reconhecendo o papel crítico que desempenham na gestão e preservação dos oceanos.

“Eu penso que é importante, não numa abordagem paternalista, unidirecional, em que chegamos nas comunidades e despejamos o que pensamos, mas numa lógica igualitária, numa lógica honesta de entender as comunidades como actores críticos importantes de todo o processo de gestão dos oceanos numa perspectiva abrangente”, precisou.

Paulino Dias sublinhou que as políticas públicas devem basear-se em evidências científicas, defendendo o reforço da investigação como elemento essencial para o desenho de políticas eficazes.

“Costumo dizer que nós somos um país pobre, que não podemos nos dar ao luxo de estar a experimentar políticas, porque custa imenso. Portanto temos que ter políticas públicas muito bem desenhadas, as nossas decisões têm que ser fundamentadas em

evidências e em dados, e essas evidências e dados são fornecidos pela investigação científica”, afirmou.

Como exemplo, indicou o caso da Guiné-Bissau, onde o conhecimento tradicional das comunidades foi incorporado na elaboração e implementação da política de protecção ambiental no arquipélago dos Bijagós, com a própria comunidade a fiscalizar o cumprimento das leis ambientais.

“(…) Mas em outros países a forma como a coexistência entre modelos de organização comunitária e modelos mais institucionais de governação, por exemplo, no Gana é uma coisa interessante, como é que as comunidades piscatórias se organizam, têm um chefe comunitário, têm os seus mecanismos de nomeação, mas que funciona muito bem e em articulação com as instituições mais formais”, apontou.

O investigador frisou ainda a importância de aprender com as comunidades locais e integrar o saber tradicional nas políticas nacionais.

“Nós temos que sair, colocar os pés no chão e ouvir essas comunidades, e jogar cartas com eles, capturar essa informação e depois processar essa informação e devolver a esta comunidade na forma de políticas públicas em que eles efectivamente se vejam envolvidos na sua concepção”, sublinhou.

Paulino Dias alertou, contudo, para a falta de alinhamento entre a investigação científica africana e os desafios reais do continente.

Recordou que África tem 38 Estados costeiros, com 13 milhões de quilómetros quadrados de zona económica exclusiva, representando 30% da sua área total, e que a economia azul pode criar até 60 milhões de novos empregos até 2030.

Porém, lamentou que a presença do oceano na agenda de investigação da União Africana ainda seja limitada e que as parcerias científicas entre africanos continuem a ser marginais.

“Há uma discrepância evidente entre os desafios que África enfrenta e a natureza da investigação que se faz no continente”, considerou.

AV/ZS

Inforpress/Fim